

DEZEMBRO 2021

Avaliação de Impacto



PLATAFORMA + EMPREGO



UNIVERSIDADE
CATOLICA
PORTUGUESA

PORTO

ÁREA TRANSVERSAL DE
ECONOMIA SOCIAL



PLATAFORMA + EMPREGO
NPISA PORTO

Ficha técnica

Título

Relatório Final de Avaliação de Impacto – Plataforma + Emprego

Entidade promotora

Santa Casa da Misericórdia do Porto

Autoria

Área Transversal de Economia Social da Universidade Católica Portuguesa – Porto

Coordenação

Joana Morais e Castro, Filipe Pinto, Filipe Daniel Martins, Leonor Abreu e Peter Janson

Índice

1.Sumário	pág. 4
2.Introdução	pág. 7
3.Abordagem metodológica	pág. 8
4.Da compreensão à avaliação – um caminho através da Teoria da Mudança	pág. 9
4.1. Origem e funcionamento	pág. 9
4.1.1. Linha da Vida	pág. 10
4.2. Teoria da Mudança	pág. 12
4.2.1. Matriz de Impacto	pág. 13
4.2.2. Hipótese de Impacto	pág. 13
4.2.3. Desenho da Teoria da Mudança	pág. 14
4.3. Instrumentos de Avaliação	pág. 15
5.O impacto	pág. 17
5.1. Os dados	pág. 17
6.Conclusões	pág. 26
6.1. Conclusões da avaliação externa	pág. 26
6.2. Os fatores de sucesso e insucesso	pág. 28
7.As Recomendações	pág. 31
7.1. Pertinência do modelo	pág. 32

1. Sumário

A avaliação de iniciativas e projetos sociais é um processo transformador para todos os envolvidos, com alguns desafios, sobretudo ao nível da obtenção de dados estatísticos, indicadores e evidências que permitam a análise clara das mudanças operadas. O desafio deste estudo passou por avaliar o impacto social da Plataforma+Emprego (P+E).

Atendendo às particularidades, a equipa de avaliação procurou dividir o trabalho desenvolvido em três fases que conduzem a uma reflexão e a um conjunto de recomendações que pretendem ser o contributo para a uma melhoria na atuação da P+E.

Na primeira fase, procurou-se, de forma participativa, efetuar um retrato, ao nível da origem, funcionamento e caracterização dos beneficiários da P+E. Na segunda fase, a equipa da ATES, juntamente com a equipa técnica da P+E, elaboraram a Linha da Vida e a Teoria da Mudança do projeto. Ao longo do trabalho conjunto com a equipa técnica da P+E, foram identificadas seis mudanças intermédias que contribuem para o impacto desejado em termos de integração social das pessoas sem-abrigo: i) Aumento de rendimentos, ii) Aquisição de alojamento, iii) Aumento de autoestima, iv) Melhoria de relação com os outros e bem-estar socioemocional, v) Alargamento de redes de contacto e vi) Melhoria da perceção das empresas sobre a pessoa sem-abrigo. Na terceira fase, foi realizada uma recolha e análise de dados com vista a aferir as mudanças operadas e impacto do projeto com base em metodologias quantitativas e qualitativas. Este processo permitiu concluir que a P+E contribui para integração e permanência no mercado de trabalho da população sem-abrigo e conseqüente aumento de rendimentos por parte dos beneficiários. Houve uma recriação de laços familiares que permitiram a alguns regressar a casa e o aumento da autoestima das pessoas sem-abrigo é uma das contribuições inequívocas da P+E. O desenho claro e especializado do projeto, assim como a cultura de proximidade, tanto para com os beneficiários como entre parceiros e para com as empresas são considerados fatores determinantes para o seu sucesso. A necessidade de um ajustamento do modelo de liderança da P+E, poderá ser um dos aspetos a melhorar. Para além do momento pandémico atravessado, o mercado laboral português e a atual conjuntura, bem como o reduzido número de pessoas sem-abrigo com perfil de empregabilidade, foram considerados alguns dos principais constrangimentos do projeto. No final do relatório é apresentado um conjunto de recomendações com base nos resultados da avaliação operada, designadamente: a aposta numa liderança mais colaborativa; a implementação de práticas que promovam a transparência na comunicação de procedimentos e resultados; a sensibilização junto das empresas e promoção de relações de proximidade com as mesmas; a definição mais robusta do perfil dos beneficiários e a aposta na promoção de outras competências

dos mesmos. Por fim, é feita uma análise sobre a pertinência do modelo da P+E, face a outras medidas adotadas, nomeadamente pelo Estado português (ver anexo 1).

Summary

Plataforma + Emprego is an interinstitutional project implemented in the city of Porto which aims to promote job placement of homeless people with an employability profile. Its approach consists of working closely and holistically with the beneficiaries - a work carried out by the different institutions that built the project - but also of setting up closely knit relationships with external partners, namely potential employers.

An impact evaluation of the project was conducted by Área Transversal da Economia Social from Universidade Católica do Porto (ATES). It divided the assessment into three phases. In the first phase, in a collaborative approach, a portrait of the beneficiaries of the project was carried out; in the second phase, both teams (ATES and P+E) designed a Theory of Change of the project; in the last phase, ATES did a data analysis, both quantitative and qualitative.

The hypothesis tested in the Theory of Change says that a set of six intermediate outcomes contribute to the desired impact of social integration of homeless people. These intermediate outcomes are i) increase in income, ii) accommodation, iii) increase in self-esteem, iv) improved relationships with others and social and emotional well-being, v) expansion of contact networks and vi) improved perception of homeless person (by job providers/companies).

Restraints

The project and approach implemented by P+E had some restraints, most of which exogenous: the pandemic years, the idiosyncrasies of the portuguese labor market as well as the reduced number of homeless people with chances of employability (no addictions, etc.). The impact evaluation is partly limited due to the low sample of beneficiaries and companies that collaborated in the aforementioned analysis.

Conclusions

- P+E unequivocally contributed to the job integration of the homeless population: 65 job contracts were celebrated since 2018, totalling 48 beneficiaries. As a consequence, there was an increase in income for the beneficiaries;
- Out of the 48 beneficiaries, 31 are still engaged in their jobs (65%);
- Although there is not evidence enough to assess the possibility that the project contributed to improvements in accommodation, the fact that in some cases there was a reconnection to family allowed some beneficiaries to return home;

- P+E significantly contributed to an increase in self-esteem by homeless people, which led to better interaction and relation to third parties, thus promoting an increased social and emotional well-being;
- There is no clear evidence the project contributed to an improvement in the perception, by homeless people, of their rights as citizens;
- Despite the small sample, there is some evidence there was an improvement in the perception of potential employers about homeless people.

Recommendations

- More (collaborative) leadership;
- More transparency in the communication of procedures and results;
- Promote better awareness among companies and promote close relationships with them;
- Improve the approach to promote (soft) skills within the beneficiary community.

2.Introdução

A Plataforma+Emprego é um projeto implementado na cidade do Porto, enquadrado no *Eixo Estratégico Formação e Emprego* do NPISA Porto, que visa promover a inserção laboral de pessoas em situação de sem-abrigo com indicadores de empregabilidade.

O projeto é financiado pelo instrumento *Parcerias para o Impacto* do programa *Portugal Inovação Social* e a sua missão é criar oportunidades acrescidas de inserção laboral e desenvolver ações formativas adaptadas ao perfil das pessoas em situação de sem-abrigo.

A entidade coordenadora do P+E é a Santa Casa da Misericórdia do Porto, fazendo parte desta rede colaborativa a Câmara Municipal do Porto na qualidade de investidor social, o Centro de Emprego e Formação do Porto do IEFP, a Segurança Social, a ARS-Norte, a Associação CAIS, a WelcomeHome, voluntários a título individual e a Universidade Católica Portuguesa (UCP).

Decorrente da relação existente com a problemática e com os diversos intervenientes por parte da UCP, a P+E manifestou pretender o seu apoio, nomeadamente, através da realização da avaliação de impacto social do projeto.

A realização da avaliação de impacto social por parte da equipa de consultores da ATES teve o intuito de aferir o alcance dos objetivos propostos pelo projeto; verificar os impactos do projeto (positivos e negativos, diretos e indiretos, previstos e imprevistos) nas trajetórias biográficas dos beneficiários, dando relevo a dimensões objetivas (qualificações, empregabilidade, autonomização residencial e financeira) e dimensões subjetivas (comportamentais, relacionais, emocionais); identificar fatores de sucesso e de insucesso do projeto e aferir a pertinência do seu modelo de intervenção; proporcionar e potenciar aprendizagens entre os diversos *stakeholders* e produzir recomendações relevantes para futuros desenvolvimentos e iniciativas similares.

Como nota final, importa salientar que o presente processo de avaliação de impacto social foi realizado durante o período pandémico, o que deu lugar a alguns constrangimentos provocados pela situação atual. Também de referir que o último ano tido em conta no processo, 2020, foi um ano extraordinário devido à mesma situação.

3. Abordagem metodológica

A consultoria da ATES-UCP procurou avaliar o impacto social da P+E e respetiva equipa, começando por dar a conhecer à equipa técnica da plataforma as noções fundamentais e imprescindíveis deste tipo de avaliação.

O arranque do processo deu-se com a introdução aos conceitos de Avaliação de Impacto Social e de Teoria da Mudança; apresentação dos objetivos, metodologia e cronograma do processo de consultoria; esclarecimentos de alguns aspetos relativos à P+E (serviço, público-alvo, parceiros); assim como definição de outros aspetos logísticos. A equipa de avaliação estudou aprofundadamente os dados e documentação fornecidos pela equipa técnica da P+E relativamente à criação e evolução da mesma.

Nos últimos anos, o termo “impacto” tem-se consolidado no discurso do setor social com referências variadas. No entanto, o termo “impacto” não é definido de forma consistente e universal. Com frequência, na literatura internacional sobre os temas de desenvolvimento e avaliação, o conceito de impacto é considerado no sentido da verificação de transformação (ou transformações) significativas na vida das pessoas (beneficiários), através de uma ação ou uma série de ações (Ebrahim & Rangan, 2014). O impacto está também associado aos resultados que se focam nas “raízes/causas” de um problema social (Crutchfield & Grant, 2008). Outros autores usam o conceito “impacto” de forma mais restrita para se referirem ao papel específico e mensurável de uma organização em afetar um resultado social (atribuição) que exige um contrafactual para avaliação (Jones, 2009).

No âmbito da capacitação e avaliação aqui referida, procurou-se adotar o conceito de impacto social no sentido de verificação de transformação significativa na vida dos beneficiários através das ações implementadas pela P+E. A abordagem adotada consistiu em utilizar diversos métodos para fins distintos, divididos por três patamares de forma a permitir uma análise do projeto (com foco na caracterização do público e compreensão do problema social em causa), a construção da respetiva Teoria da Mudança e por fim a avaliação de impacto social.

Em termos metodológicos, no processo de capacitação para a avaliação de impacto social, assim como a avaliação em si, recorreu-se a várias abordagens, nomeadamente:

- a) Abordagem multi-métodos para abarcar a diversidade da intervenção e atores envolvidos;
- b) Combinação de indicadores quantitativos e qualitativos recolhidos de diversas fontes;
- c) Construção do Plano de Avaliação a partir do que está já definido, mas também clarificando a Teoria da Mudança na base do projeto com a equipa técnica da P+E, beneficiários e parceiros do projeto.

4. Da compreensão à avaliação – um caminho através da Teoria da Mudança

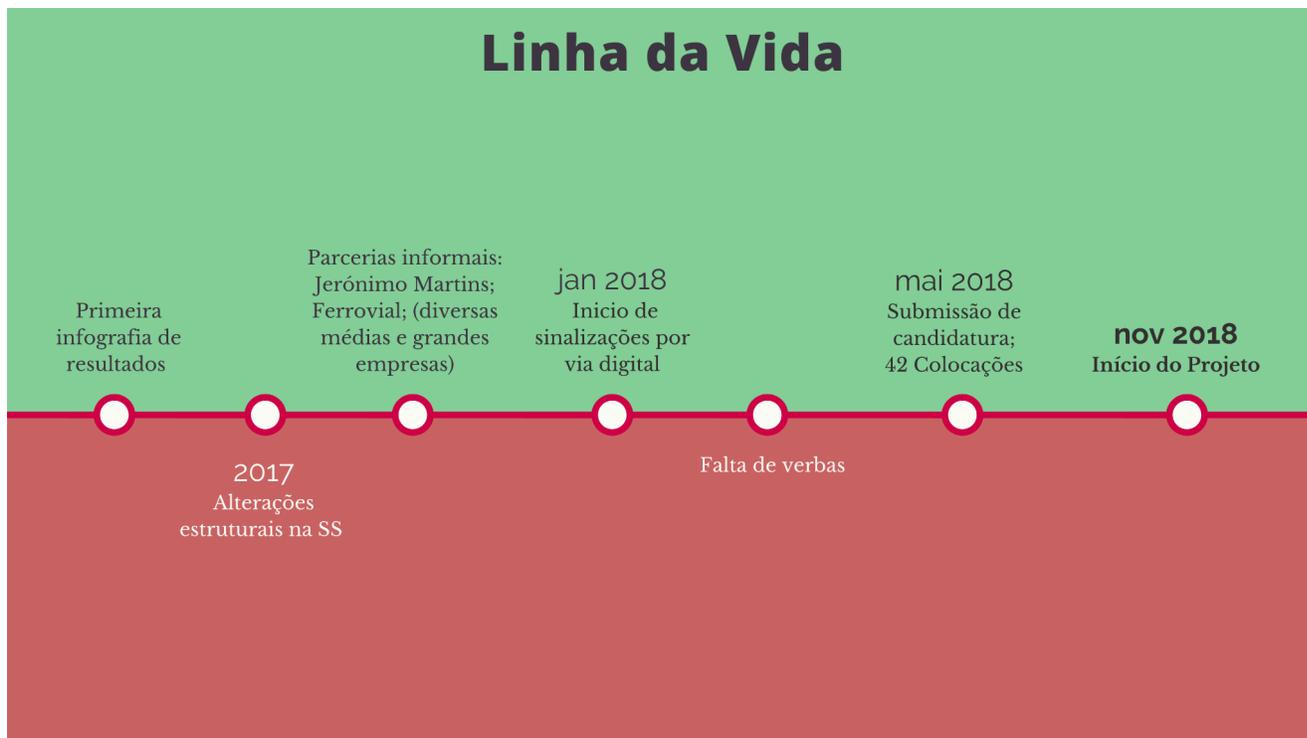
4.1. Origem e funcionamento

Numa primeira fase, iniciou-se um processo de análise do funcionamento do projeto e da caracterização dos beneficiários, de forma a ser realizado um retrato dos mesmos.

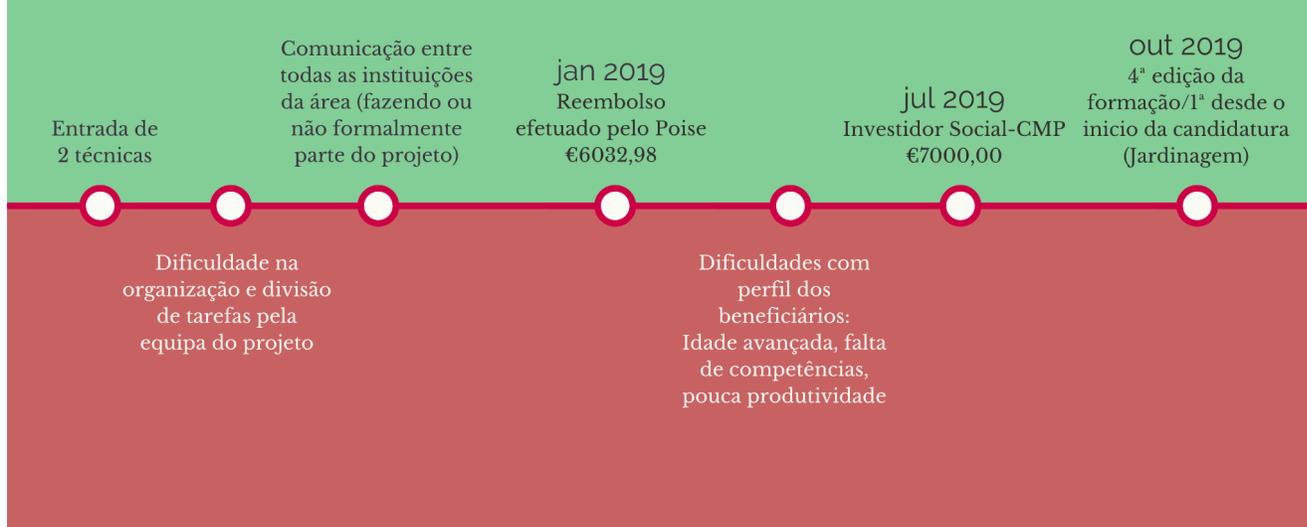
Recorreu-se a diferentes metodologias para aprofundar a origem da criação da P+E, o seu funcionamento ao longo dos anos – nomeadamente recursos humanos, parcerias, público-alvo, resultados, serviços prestados aos beneficiários - assim como aspetos positivos e negativos da iniciativa. Foi também importante compreender a leitura da equipa técnica sobre o problema social complexo sobre o qual intervêm. Nesta linha, o exercício de construção da Linha da Vida da P+E foi considerado como exercício estruturante, de modo a apoiar a equipa técnica nesta reflexão e análise.

Neste exercício, os consultores assumiram o papel de facilitadores, promovendo e orientando a partilha por parte das colaboradoras presentes nas sessões.

4.1.1. Linha da vida



Linha da Vida



Linha da Vida



A Linha da Vida permitiu compreender de forma mais detalhada a origem da criação da P+E e a evolução da mesma ao longo do tempo, nomeadamente, no que diz às parcerias formais e informais de destaque, investimentos públicos, integração de beneficiários no mercado de trabalho

e prémios recebidos. Foram também salientadas as dificuldades na comunicação entre parceiros e na relação com empresas, na organização de tarefas entre os diferentes membros do projeto, na definição do perfil dos beneficiários, sem esquecer os constrangimentos provocados pela pandemia de COVID-19.

4.2. Teoria da Mudança

Após a análise da origem e funcionamento da P+E, procedeu-se à construção da Teoria da Mudança, percorrendo diferentes exercícios de reflexão e discussão de modo a definirmos:

- a) Análise do problema social;
- b) Matriz de Impacto (público-alvo, amplitude e profundidade);
- c) Hipótese de Impacto;
- d) Desenho da Teoria da Mudança.
- e) Instrumentos de Avaliação

A Teoria da Mudança (TdM) surgiu nos Estados Unidos da América, na década de 1990, associado à necessidade de melhoria da teoria e da avaliação no campo das iniciativas comunitárias. Carol Weiss (1995) descreveu a TdM como “uma teoria de como e porque uma iniciativa funciona”. Atualmente, a TdM baseia-se em duas dimensões de desenvolvimento e prática de intervenções de desenvolvimento: a avaliação e a prática social informada.

A TdM é uma metodologia para planeamento, gestão e avaliação de intervenções (projetos, programas ou políticas) que é usada, principalmente, nos setores da cooperação para o desenvolvimento e da economia social. A TdM explica o processo de mudança social através da identificação de ligações causais entre os diferentes componentes de intervenção. A partir da construção de um mapa, é criado um esquema não-linear que identifica e explica as relações entre as atividades, resultados e impactos conhecidos como “caminho da mudança”. Este “caminho da mudança” é, frequentemente, representado graficamente (Mapa) procurando esquematizar o processo de mudança e explicar a teoria. No fundo, o mapeamento traduz, organiza e estrutura as mudanças pretendidas numa determinada iniciativa social. Tem o potencial de se tornar uma forma de comunicação com todos os públicos envolvidos na intervenção, nomeadamente os beneficiários, parceiros e colaboradores. Por este motivo deve ser construída de forma colaborativa.

O papel da Teoria da Mudança passa por articular os resultados numa cadeia causal, com resultados a longo prazo que dependem dos resultados a médio e curto prazo, por sua vez dependentes de certas condições.

Assim, a Teoria da Mudança permite direcionar as iniciativas para os seus objetivos iniciais, avaliar o seu impacto e corrigir o caminho. Enquanto ferramenta de gestão deve ser acompanhada de outras metodologias de monitorização e avaliação de resultados.

4.2.1. Matriz de Impacto

A matriz de impacto permitiu à equipa técnica da P+E refletir, levando a uma definição rigorosa de quem são as pessoas que beneficiam da intervenção (público-alvo), a forma como a sua atuação está a mudar a vida das pessoas abrangidas (profundidade do impacto) e ainda quantas pessoas estão efetivamente a usufruir da intervenção (amplitude). Esta informação permite concretizar as mudanças que se pretendem alcançar com esta intervenção.



4.2.2. Hipótese de Impacto

A construção da TdM iniciou-se com a elaboração conjunta de uma hipótese de impacto. O exercício implica que se formule uma hipótese que preveja o que aconteceria à população-alvo ao ajustar, acrescentar ou retirar diferentes variáveis. Permitiu que a equipa técnica colocasse diferentes possibilidades de atuação de modo a alcançar o impacto pretendido com a intervenção. Ao colocar questões e abrir a discussão, direcionou-se o foco para o impacto e mudanças

pretendidas, dialogando criticamente sobre as intervenções realizadas e resultados obtidos. A hipótese de impacto final foi construída coletivamente.

Hipótese de Impacto

Se desenvolvermos um circuito operacional de acompanhamento dos candidatos (sinalização, triagem, avaliação externa e acompanhamento), organizarmos ações de formações e de capacitação adequadas ao seu perfil e dinamizarmos uma rede de parcerias (empresas e instituições) de apoio, então teremos pessoas sem-abrigo com mais competências adequadas ao mercado de trabalho e mais oportunidades no mercado de trabalho convencional. Desta forma vamos promover a integração social das pessoas sem-abrigo.

4.2.3. Desenho da Teoria da Mudança

Como já foi referido, a TdM é uma ferramenta de planeamento e avaliação que explica os caminhos das mudanças que, no decorrer de uma intervenção, levam à concretização de um propósito de médio-longo prazo. Revela também a forma como atividades, resultados e mudanças se sucedem e relacionam ao longo desse caminho. Convém salientar que uma TdM é uma narrativa em constante construção.

De acordo com a análise da intervenção atual da P+E e os resultados e mudanças que pretende operar – de acordo com a Equipa Técnica – foi concebida a seguinte TdM:

RECURSOS	ATIVIDADES	RESULTADOS	MUDANÇAS INTERMÉDIAS	IMPACTO
<ul style="list-style-type: none"> Recursos Humanos Recursos de Materiais/ Equipamentos Parcerias com Instituições e Entidades Empregadoras Plataforma + Emprego Parceiro Investidor- CMP NPISA Porto 	<ul style="list-style-type: none"> Plataforma online/Base de Dados. Sinalização Imagem/ Comunicação Elaboração de CVs Plano de Intervenção adequado e ajustado a cada utente Orientação para tratamentos e/ou aquisição de alguma ajuda técnica (óculos, próteses, etc) Encaminhamento para análise do perfil e experiência profissional do utente Encaminhamento dos CV's para ofertas de W Formação específica para esta população- Curso de Competências Básicas Encaminhamento para Formação Profissional Pós-integração: Acompanhamento permanente com os candidatos e contacto frequente com as entidades empregadoras. Sensibilização e criação de parcerias informais c/ Empresas. Reuniões mensais com parceiros 	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição/aprofundamento de competências adequadas ao mercado de trabalho – Cumprimento de horários, trabalho de equipa, responsabilidade, aquisição de rotinas. Autoconhecimento e autorreconhecimento/ CV e Relatório Randstad sobre competências dos candidatos/ Melhoria da saúde oral Alargamento da rede de proximidade; Integração no mercado de trabalho Dinamização de rede de parcerias (empresas e instituições) 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de autoestima; Melhoria e reforço na relação com os outros e bem estar socioemocional; Aumento do acesso a rede de suporte institucional; Cidadania/Direitos Sociais Aumento de rendimentos; Aquisição de alojamento; Permanência no Mercado de trabalho Melhoria da perceção das empresas sobre a pessoa sem-abrigo Aumento do trabalho colaborativo interinstitucional que permitem um aumento de respostas concertadas 	<p>INTEGRAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS SEM-ABRIGO</p>

Teoria da Mudança - P+E

A partir da Teoria da Mudança, a equipa técnica definiu as questões de avaliação e os indicadores associados (Anexo 2), que constituíram a base de criação dos instrumentos de monitorização e avaliação da P+E.

4.3. Instrumentos de Avaliação

Considerou-se essencial que a avaliação de impacto da P+E recorresse a diversas metodologias, de modo a alcançar dados distintos e complementares.

Após uma análise crítica sobre as fontes de informação e instrumentos de recolha de informação existentes na instituição, procedeu-se à definição e validação do Plano de Avaliação. Para tal, foi necessário definir as questões de avaliação, indicadores, métodos e instrumentos de recolha de dados e ainda proceder à construção de uma matriz de avaliação (Anexo 3).

As questões de avaliação devem ter presente qual o impacto da intervenção do projeto. Por sua vez, os indicadores são fatores ou variáveis quantitativas (rácios, taxas, números) ou qualitativas (percepções, julgamentos) que fornecem um meio simples e confiável para medir a realização de uma intervenção, refletindo os resultados que delas decorrem. No que diz respeito à definição dos métodos e instrumentos de recolha, é de salientar a importância da sua diversidade assim como da triangulação de dados e de fontes, envolvendo todos os *stakeholders*.

Assim definiu-se que, em paralelo com a análise documental de diversos registos do projeto, seria necessário realizar:

- a) Um questionário dirigido a técnicas gestoras de caso e empregadores, sobre as mudanças operadas nos beneficiários e a correlação destas com a o projeto;
- b) *Focus group* dirigidos aos beneficiários, assim como aos membros da Plataforma P+E, formadores e técnicas gestoras de caso;
- c) Entrevistas dirigidas a beneficiários, empregadores e equipa técnica da P+E.

O questionário foi constituído por três partes, a primeira delas relativa a dados gerais, a segunda relacionada com o utente, os seus dados e a sua evolução e a última sobre o funcionamento da P+E. Esta última permitia respostas através de uma escala que compreendia pontuações de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente), havendo ainda a possibilidade de classificação “*Não sei*”, possibilitando ainda a justificação das respostas dadas.

Responderam aos questionários 9 técnicas gestoras de caso, não tendo sido possível recolher nenhuma resposta junto dos empregadores.

Os *focus group* realizaram-se presencialmente durante um encontro com cada um dos grupos diferenciados, com a presença exclusiva da equipa de consultoria. No início de cada encontro foi explicado o objetivo da avaliação de impacto social e os princípios elementares deste momento, como a transparência e honestidade, o sigilo e a participação voluntária, sabendo os participantes que poderiam não responder ou abandonar o grupo quando quisessem sem consequências. Após a apresentação resumida de cada participante foram colocadas questões abertas acerca das mudanças percebidas nos beneficiários apoiados pela P+E e de aspetos relativos ao funcionamento da P+E. O *focus group* dirigido a técnicas gestoras de caso de beneficiários apoiados pela P+E contou com 7 participantes, assim como o *focus group* que reuniu representantes dos membros da P+E.

Foram também realizadas entrevistas na medida em que foi sentida a necessidade de aprofundar o conhecimento relativamente ao impacto da P+E. Neste sentido, foram entrevistados 2 beneficiários, 1 empregador e 2 membros da equipa técnica da P+E.

Na análise documental foram tidos em conta processos individuais, registos de formação e de reuniões, bem como outros dados fornecidos pela equipa técnica.

5.O impacto

A hipótese de impacto definida pelos membros da equipa técnica do projeto ambiciona a integração social das pessoas sem-abrigo, nomeadamente ao ser desenvolvido um circuito operacional de acompanhamento dos candidatos (sinalização, triagem, avaliação externa e acompanhamento), ao organizar ações de formação e de capacitação adequadas ao perfil da pessoa e ao dinamizar-se uma rede de parcerias (empresas e instituições) de apoio. O resultado será o aumento de competências adequadas ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, de mais oportunidades de inserção profissional.

Assim, a avaliação externa do projeto pretendeu verificar não só o cumprimento das metas com que a P+E se comprometeu em 2018, mas também se se verificaram os resultados e mudanças previstos junto dos seus beneficiários. Após o tratamento dos dados quantitativos e qualitativos - os dados recolhidos em questionários, entrevistas, *focus groups*, consultada a documentação e registos - tentou-se ainda identificar os fatores de sucesso e insucesso do projeto, bem como apresentar um conjunto de recomendações. No final, pretendeu-se aferir a pertinência do modelo de intervenção proposto pela P+E.

5.1. Os dados

Quando a candidatura ao programa *Parcerias para o Impacto* foi realizada, em 2018, a P+E apresentou duas metas de resultado fundamentais: a elaboração de planos de intervenção para a integração laboral de 40 beneficiários e a integração profissional de 30 beneficiários durante o período de 3 anos, o equivalente à integração profissional de 10 beneficiários por ano. O projeto propunha-se ainda a colaborar no desenvolvimento de 2 ações formativas para um total de 40 formandos, tendo-se traduzido na implantação de uma ação formativa. Paralelamente, na candidatura, a P+E propunha-se a “*melhorar o acompanhamento social no âmbito da integração laboral e contexto formativo*”, bem como a aumentar o número de entidades empregadoras da cidade e região do Porto.

Os dados apresentados pelo projeto no que diz respeito à integração profissional excedem as metas de resultado apresentadas em 2018: desde maio desse ano até aos dias de hoje, foram celebrados 65 contratos de trabalho que corresponde a um universo de 48 pessoas; foram celebrados 10 contratos emprego inserção, 1 contrato de atividade social e de saúde, 3 contratos de trabalho a termo resolutivo incerto, 1 contrato de trabalho a termo resolutivo certo, 18 contratos a termo certo, 25 contratos a termo incerto, 4 contratos de trabalho sem termo, 2 contratos de trabalho temporários e 1 estágio profissional, o que significa que a P+E **superou a meta com que se tinha comprometido**. Desde 2018 até ao final do período de avaliação, as pessoas

sem-abrigo apoiadas pelo projeto trabalharam 799 meses, tendo os contratos de trabalho tido uma duração média de 12 meses.

Explorando os dados em maior detalhe, é possível aferir que:

- No total, desde 2018, foram encaminhadas 79 pessoas com perfil de empregabilidade:
 - 50 para trabalho;
 - 21 para trabalho e formação profissional;
 - 7 para formação profissional;
 - 1 para curso de competências.
- Das 79 pessoas sinalizadas, no final do período de avaliação de impacto:
 - 31 pessoas encontravam-se integradas;
 - 48 pessoas encontravam-se ativas na base de dados da P+E.
- Das 48 pessoas que se encontravam ativas em base de dados:
 - 39 tiveram a primeira interação com a P+E após início da pandemia;
 - 10 não recebem prestações sociais;
 - 34 encontram-se a auferir RSI;
 - 2 recebem o RSI e PSI;
 - 2 estão a receber o subsídio de desemprego.
- Relativamente às ações formativas, a P+E havia proposto a realização de dois cursos, dinamizados pelo IEFP. Foi realizada uma ação de formação denominada “*Competências para a Integração*”, tendo sido inscritos 26 beneficiários, dos quais 17 deram início e 9 concluíram.

Os dados recolhidos pela ATES ao longo da avaliação externa permitem, assim, corroborar que na meta de resultado fundamental, a P+E superou os resultados propostos. Importa, no entanto, colocar a questão: como eram os números pré candidatura, ou seja, entre 2014 e 2018? De acordo com a informação fornecida, nomeadamente com os elementos apresentados em sede de candidatura, no ano de 2013 o projeto foi sendo preparado para iniciar atividade em 2014. Entre esse ano e 2018, haviam beneficiado do projeto 130 beneficiários. Dos 130 beneficiários, em 2018, 42 estavam a trabalhar e eram considerados independentes do ponto de vista financeiro, o que corresponde a mais de 8 pessoas inseridas profissionalmente, por ano. No ano de 2018, a P+E dispunha ainda de 34 pessoas com perfil de empregabilidade na sua base de dados.

Foram ainda considerados relevantes os seguintes dados relacionados com as atividades da P+E:

- Realização de curso de competências básicas, em 2014, para 20 pessoas, e que se repetiu em 2016;
- Realização de curso de RVCC, em 2017;

- Trabalho em rede com 21 instituições e com 39 gestores de caso;
- Criação de sinergias com 7 entidades empregadoras da cidade.

Em suma, a P+E apresentava, antes da candidatura e sem equipa dedicada exclusivamente à plataforma, números robustos, ajudando a inserir no mercado de trabalho cerca de 8 pessoas por ano. Após a candidatura, este número aumentou para cerca de 16 pessoas por ano, num total de 48 pessoas, o dobro dos números apresentados quando candidatou a iniciativa às *Parcerias para o Impacto*.

Ao longo da implementação da parceria com a ATES foram sendo desenvolvidas ações de capacitação com os membros da P+E no sentido da construção de uma Teoria da Mudança coincidente com a realidade do projeto, as suas atividades, resultados, as mudanças observadas e o impacto desejado. Nesse sentido, foi desenhado pelos membros da equipa técnica do projeto um conjunto de resultados e mudanças intermédias que suportam a Teoria da Mudança.

Como consequências da implementação das atividades foram assinalados pela equipa os seguintes resultados:

- Aquisição/aprofundamento de competências adequadas ao mercado de trabalho;
- Alargamento da rede de proximidade;
- Integração no mercado de trabalho;
- CV e relatório Randstad sobre competências dos candidatos;
- Melhoria da saúde e imagem;
- Dinamização da rede de parcerias;
- Autoconhecimento e autorreconhecimento.

Espera-se, assim, que a concretização destes resultados conduza os beneficiários do projeto (e a própria P+E) à vivência de um conjunto de mudanças intermédias, avaliadas:

- Aumento de autoestima;
- Melhoria e reforço na relação com os outros e bem estar sócio emocional;
- Aumento do acesso a rede de suporte institucional;
- Cidadania/direitos sociais;
- Aumento de rendimentos;
- Aquisição de alojamento;
- Permanência no mercado de trabalho;
- Melhoria da perceção das empresas sobre as pessoas sem-abrigo;
- Aumento do trabalho colaborativo interinstitucional que permite um aumento das respostas concertadas.

Para efeitos de avaliação do impacto, nomeadamente da vivência ou não por parte dos beneficiários deste conjunto de mudanças intermédias, procedeu-se à recolha de testemunhos, tanto pela via de questionários como da realização de entrevistas e focus group. Uma vez que alguns dos dados recolhidos foram reduzidos na sua amplitude, optou-se, aqui, por agregar as mudanças intermédias em 4 domínios de impacto, que serão analisados individualmente: (i) permanência no mercado de trabalho, o aumento de rendimentos e a aquisição de alojamento; (ii) aumento da autoestima e a melhoria e reforço na relação com os outros e bem estar sócio-emocional; (iii) aumento do acesso à rede de suporte institucional e a cidadania e direitos sociais, bem como a melhoria da perceção das empresa sobre as pessoas sem-abrigo; (iv) aumento do trabalho colaborativo interinstitucional que permite um aumento das respostas concertadas.

Para a análise de cada um destes domínios, recorreu-se, primeiramente, a um breve resumo dos números relevantes, seguindo-se os resultados dos questionários, entrevistas e grupos focalizados.

(i) Permanência no mercado de trabalho, aumento de rendimentos e a aquisição de alojamento

Os dados apresentados pela equipa técnica do projeto apontam para um conjunto de 79 pessoas sinalizadas com perfil de empregabilidade. Desde 2018, foram celebrados 65 contratos de trabalho, que correspondem a 48 pessoas. Neste momento, subsistem 31 pessoas integradas em contexto laboral. Em suma, das 48 pessoas que assinaram contratos laborais, cerca de 65% mantêm-se integradas profissionalmente.

No que diz respeito ao aumento de rendimentos e à aquisição de alojamento, devido à fraca amostragem conseguida, os dados recolhidos não permitem aferir, diretamente, que o envolvimento na P+E e consequente inserção no mercado laboral contribuiu para tal. De todas as formas, é possível aferir tacitamente que, no caso do aumento dos rendimentos, este é uma consequência natural da inserção em contexto de trabalho, pese embora a existência de alguns testemunhos que referem o ressurgimento de dívidas antigas com a entrada no mercado formal de trabalho, algo que pode contribuir para a não verificação do aumento de rendimentos.

Importa, igualmente, analisar as respostas aos questionários que a ATES aplicou junto de 8 instituições gestoras de casos de beneficiários apoiados pela P+E, e que evidenciam algumas mudanças fundamentais numa escala de 1 a 5, em que 1 significa discordância total e 5 concordância total. No caso da permanência no mercado de trabalho, aumento de rendimentos e aquisição de alojamento, importa considerar a evolução dos beneficiários, percebida pelas

referidas técnicas, em aspetos fundamentais como a facilidade em cumprir horários de trabalho, adquirir rotinas e gerir conflitos. Foram assim colocadas seis questões sobre a aquisição de competências orientadas para o mercado de trabalho, tendo o resultado sido positivo em todas.

Tabela 1: Aquisição de competências orientadas para o mercado de trabalho

O/A utente é orientado para o sucesso da entidade empregadora	3.90
O/A utente revela maior facilidade em aquisição de rotinas	3.89
O/A utente revela gosto em escutar as opiniões dos outros	3.89
O/A utente revela maior facilidade em cumprir um horário de trabalho	3.84
O/A utente revela maior gosto e facilidade em trabalhar em grupo	3.65
O/A utente revela capacidade de gerir um conflito com um colega da melhor forma	3.41

Fonte: questionário; cálculos próprios.

A maior concordância foi atingida nas questões relacionadas com a orientação para o sucesso da entidade empregadora, a aquisição de rotinas, na escuta das opiniões dos outros e na facilidade em cumprir horário. O valor decresce relativamente quando é referido o gosto e a facilidade em trabalhar em grupo, sendo o tema de gestão de conflitos aquele que menos pontuação obtém, embora possa ser considerado como positivo.

As respostas positivas permitem antever que, na perspetiva das técnicas gestoras de caso que sinalizam ou acompanham os beneficiários, estes vão adquirindo competências orientadas para o mercado de trabalho, o que influenciará, necessariamente, o aumento das probabilidades de entrada e permanência no meio laboral.

Da recolha de informação através das entrevistas e grupos focais conduzidos, foi possível constatar que os beneficiários ouvidos reconhecem e valorizam o trabalho de proximidade das técnicas gestoras de caso, não só ao nível da promoção da empregabilidade, mas também do ponto de vista do apoio psicológico e social. Relevam estas características, tendo sido até mencionado que as referidas técnicas os ajudam a manter-se no trabalho que têm, o que contribui para o aumento de rendimentos face à situação em que se encontravam. Estas mesmas técnicas referem, por seu lado, que a plataforma continua sempre a tentar procurar soluções, que *“há cuidado em não desistir do utente”*, mesmo quando este tem experiências menos boas: as técnicas gestoras de caso consideram que é importante a gestão de expectativas, porque por vezes, *“por coisas pequenas, podem ocorrer desistências”*. Simultaneamente, os membros da P+E acreditam que a população sem-abrigo tem uma característica fundamental que pode contribuir para a permanência no emprego: a motivação (cfr. expressão transmitida por uma das

empresas à ATES: “a esmagadora maioria agarra o trabalho com os dentes”). No entanto, os membros da P+E estão em crer que subsistem algumas lacunas no seguimento dado aos beneficiários após a sua contratação laboral (algo não corroborado pelos beneficiários ouvidos pela ATES), o que pode ter implicações em termos de permanência no posto de trabalho. Reconhecem, por último, a necessidade de aprimorar as ofertas disponíveis, ao perfil específico de cada utente.

Ao nível de competências, se houve casos em que a interação com a P+E proporcionou o aumento das mesmas, outros beneficiários houve que não sentiram tantas mudanças - no entanto, é ressalvado que as técnicas gestoras de caso ajudam os beneficiários a querer aumentar as suas competências. As referidas técnicas, ouvidas pela ATES, não colocam o enfoque motivacional dos beneficiários na aquisição de competências, mas afirmam que é o mercado de trabalho que os motiva. Ainda assim, consideram que, para melhorar as probabilidades de empregabilidade, é importante trabalhar temas como a gestão de conflitos, uma vez que se trata de uma população com muita ansiedade e reatividade. Os membros da P+E consideram também que as formações, ao longo da vida do projeto (pré e pós 2018), funcionaram especialmente bem.

Por último, foi também referido que, como resultado da inserção laboral, houve aproximação a membros da família, o que, em alguns casos, resultou no regresso a casa de familiares.

(ii) Aumento da autoestima e a melhoria e reforço na relação com os outros e bem estar sócio-emocional

No que diz respeito à autoestima e ao bem estar emocional, importa mencionar três pilares do questionário levado a cabo pela ATES junto das entidades gestoras de caso. No caso da melhoria da saúde e imagem, é manifestamente clara, em termos abstratos, a sua correlação com o aumento da autoestima. No caso da questões colocadas, constata-se que as técnicas que acompanham os beneficiários concordam que os mesmos têm mais atenção à sua saúde e imagem e, num grau semelhante, revelam maior satisfação com a sua saúde e imagem:

Tabela 2: Melhoria de saúde e da imagem

O/A utente tem mais atenção à sua saúde e/ou imagem	3.62
O/a utente revela maior satisfação com a sua saúde e/ou imagem	3.61

Fonte: questionário; cálculos próprios.

Relativamente à noção de si próprio, conhecimento e o reconhecimento, foi significativamente positiva a concordância das técnicas gestoras de caso sobre a melhoria na identificação das competências e saberes dos beneficiários, bem como na identificação das suas qualidades e defeitos. No caso da autoestima, concordam também com a verificação de um aumento da mesma. No caso do aumento da capacidade de iniciativa, o valor, apesar de positivo, é mais reduzido.

Tabela 3: Autoconhecimento e autorreconhecimento

O/A utente consegue identificar melhor as suas competências e saberes	3.83
O/A utente consegue identificar melhor as suas qualidades e defeitos	3.79
O/A utente revela um aumento da sua autoestima	3.60
O/A utente revela um aumento da capacidade de iniciativa	3.48

Fonte: questionário; cálculos próprios.

No que se refere ao relacionamento com outras pessoas, as técnicas gestoras de caso concordam que os beneficiários têm maior facilidade em relacionar-se com outras pessoas; concordam ainda com o facto de que as pessoas sem-abrigo que passam e passaram pelo projeto aumentaram o número de relacionamentos de suporte estabelecidos.

Tabela 4: Alargamento da rede de proximidade

O/A utente revela mais facilidade em relacionar-se com outras pessoas	3.68
O/a utente aumentou o número de relacionamentos de suporte estabelecidos	3.60

Fonte: questionário; cálculos próprios.

Por seu lado, os dados recolhidos nas entrevistas e focus group com beneficiários permitem concluir que a P+E desempenha um papel inequívoco no aumento da autoestima sentido por estes, bem como do seu bem estar sócio-emocional: não raras são as vezes em que se ouvem citações como *“Eu sirvo para alguma coisa”* ou *“Mas quando alguém se preocupa [connosco], ganha-se amor próprio, porque a outra pessoa lhe está a dar. Até me arrepio mas é verdade: se a outra pessoa nos está a dar amor, nós pensamos “fogo, nós temos valor!”*. Não é só ao nível da perceção de si próprio, mas também em coisas simples como aprender a falar melhor que a P+E desempenha um papel preponderante. As técnicas gestoras de caso referem igualmente que os momentos de interação com os beneficiários são aproveitados não só para lidar com os aspetos relacionados diretamente com a empregabilidade, como para tratar de outros temas prementes

como a saúde e a habitação. A saúde e a imagem são vistos como veículos para que os beneficiários se sintam iguais aos demais.

No caso da relação com os outros, tanto beneficiários como técnicas gestoras de caso, equipa técnica e membros referem que a P+E proporcionou, por via da integração profissional, um restabelecimento de relações familiares e sociais: *“Desde que as coisas começaram a correr melhor, a socialização tornou-se mais suportável - estou mais calmo, mais sossegado e comunico melhor”*, confidenciou um utente antes de dizer que tinha reatado o vínculo com os pais, a cuja casa tinha regressado. As técnicas gestoras de caso referem que, por via do trabalho, os beneficiários ganham maior segurança nas suas relações familiares e sociais, mostrando que conseguem retomar a sua vida.

(iii) Aumento do acesso à rede de suporte institucional e a cidadania e direitos sociais, bem como a melhoria da perceção das empresas sobre as pessoas sem-abrigo

No que diz respeito ao aumento da rede de suporte institucional, as técnicas das instituições gestoras de caso valorizaram em 3,71 (concordo) que os beneficiários passaram a aceder a um maior número de serviços de apoio institucional, tendo sido relativamente neutros face à questão de maior apoio financeiro aos beneficiários após interação com a P+E (3,17) deixando antever uma de três situações: ou os beneficiários são já beneficiários de subsídios (RSI, subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego), ou ingressaram no mercado laboral, deixando a questão de fazer sentido, ou a P+E não contribui para que os beneficiários ganhem mais consciência sobre apoios financeiros. No caso dos beneficiários inquiridos, houve opiniões distintas: por um lado, a P+E ajudou a aumentar a consciência das várias instituições a que podem recorrer e a ter maior consciência sobre os seus direitos; pelo outro, a P+E não ajudou *“a saber de sítios onde possa recorrer”*.

No que diz respeito à perceção das empresas sobre as pessoas sem-abrigo, da breve amostragem a que a ATES teve acesso, constata-se que estas valorizam estes trabalhadores, uma vez que estão muito motivados para manter o posto de emprego. Valorizam também a P+E e a ponte que esta faz entre as suas necessidades e as pessoas disponíveis que têm. Por outro lado, é também referido pelas empresas que se tenta dar um tratamento igual a todos os trabalhadores, não atendendo especificamente às necessidades das pessoas sem-abrigo.

As técnicas gestoras de caso e membros da P+E referem que a articulação com as empresas é muito positiva, no sentido em que a P+E acaba por ser um bom recurso para procura de mão de obra. A mediação feita pela P+E é também referida pelas referidas técnicas como muito relevante, uma vez que ajuda a estabelecer um elo de confiança entre empresas e a P+E, sendo feito um

esforço por parte do projeto em criar e manter bons canais de comunicação, com ações frequentes de comunicação para recolha de informação sobre as necessidades das empresas, sobre a sua satisfação com os novos trabalhadores e, também, sobre a forma como as pessoas sem abrigo se estão a integrar nas empresas.

No entanto, os membros e técnicas gestoras de caso da plataforma consideram ainda que o número de empresas associadas ao projeto é insuficiente, sendo necessário encontrar um modelo estável de colocação das pessoas, bem como sensibilizar um pouco mais as empresas para as necessidades deste público, tais como a necessidade de se ausentar para, pontualmente, ir a consultas (frequentemente de saúde oral).

(iv) Aumento do trabalho colaborativo interinstitucional que permite um aumento das respostas concertadas

Ao longo do debate promovido pela ATES com os membros da P+E, uma dúvida que surgiu, com diferentes interpretações, foi se a institucionalização do projeto, ou seja, ter-se logrado a sua formalização e institucionalização, através da candidatura bem sucedida e através da contratação de duas pessoas a tempo inteiro, teria aumentado o trabalho colaborativo interinstitucional e, por essa via, permitido um aumento de respostas concertadas.

Na opinião de alguns, a institucionalização “*deu cabo das sinergias criadas até 2018, mesmo que fossem sinergias informais*”. Os resultados foram olhados com precaução - eles não poderiam ser vistos como muito positivos se, ao comparar com a fase do projeto pré financiamento, não tivesse havido pandemia e as suas consequências, uma das quais foi a entrada em desemprego de pessoas mais qualificadas que a média da população sem-abrigo. Foi igualmente apontado que houve alguns fatores (ver fatores de sucesso e insucesso) que podem ter contribuído para o não aumento do trabalho colaborativo interinstitucional.

Ainda assim, no questionário dinamizado pela ATES, as entidades gestoras de casos reconhecem enfaticamente o valor e a importância da P+E (4,63) e o seu grau de satisfação com o funcionamento da parceria (4,5) - as pontuações mais altas atribuídas a todas as questões. Estas perceções foram também amplamente validadas pelos dados recolhidos no focus group com técnicas representantes destas mesmas entidades.

6. Conclusões

A Plataforma + Emprego tem como missão principal a integração no mercado laboral de pessoas sem-abrigo da cidade do Porto. Para efeitos de avaliação externa do projeto, designadamente para a sua avaliação de impacto social, a P+E contratou a ATES para proceder a um conjunto de diligências, confirmatórias ou não, dos resultados das atividades, das mudanças promovidas por estes na vida dos beneficiários do projeto e, por fim, do impacto que o projeto tem na inserção laboral das pessoas sem-abrigo.

6.1. Conclusões da avaliação externa

Os dados que a ATES pôde recolher e analisar são inequívocos e permitem constatar que o projeto contribui, de facto, para a inserção profissional das pessoas sem-abrigo.

Entre 2018 e 2021, o projeto promoveu a celebração de 65 contratos, correspondendo a 48 pessoas, das quais 31 ainda se encontram integradas profissionalmente.

Adicionalmente, é também possível afirmar que parte do sucesso do projeto decorre do seu percurso passado, nomeadamente da fase anterior à candidatura às *Parcerias para o Impacto*, designadamente entre 2014 e 2018, anos em que foi promovida a inserção laboral, em média, de 8 pessoas por ano. No entanto, considerando também o efeito da situação pandémica entre o início de 2020 e o momento atual, é possível afirmar que, após 2018, **o projeto aumentou significativamente o impacto que gera junto das pessoas sem-abrigo da cidade do Porto, nomeadamente ao nível da promoção da sua empregabilidade.**

Para a análise das mudanças promovidas, a ATES consultou os dados de execução apresentados pelo projeto, realizou questionários, conduziu entrevistas e *focus group*. Apesar de, nalguns casos, ser possível aferir com elevada confiança que certas mudanças foram promovidas pelo projeto, outros casos houve em que a amostragem foi relativamente reduzida - reduzida, designadamente, nos contactos com os principais beneficiários do projeto - não permitindo, desta forma, a retirada de ilações com significativa confiança. Ainda assim, é com relativa segurança que se constata os contributos que, de seguida, se descrevem.

Ao contribuir para a celebração de 65 contratos de trabalho, desde 2018, correspondendo a 48 pessoas - 31 das quais ainda se encontram integradas, é possível afirmar que **a P+E contribui, não apenas para a inserção profissional, mas também para a permanência no emprego da população sem-abrigo.** Infere-se, também, que estes dados conduzem, necessariamente, ao aumento de rendimentos por parte dos beneficiários, com a exceção dos casos em que a entrada formal no mercado de trabalho reabre processos de execução de dívidas (ver recomendações).

No que diz respeito ao alojamento, por força da baixa amostragem, não existe evidência para que o aumento de rendimentos tenha contribuído para a aquisição de alojamento. Aquilo que a ATES pôde constatar, entre os testemunhos que recolheu, foi que algumas pessoas sem-abrigo, fruto da sua inserção profissional, voltaram a criar laços familiares, tendo permitido a alguns o regresso a casa.

Uma das contribuições significativas da P+E é o **aumento inequívoco da autoestima das pessoas sem-abrigo**. Este facto foi corroborado não só por técnicas gestoras de caso, equipa técnica, parceiros e empresas, mas sobretudo pelos testemunhos dos próprios beneficiários, que consideram fundamental no seu processo de inserção social saber que há pessoas e entidades que acreditam em si e que os acompanham no seu processo de inserção. O aumento da auto estima, aliado a todas as mudanças que a inserção profissional provoca, contribui em larga medida para um **melhor relacionamento com outros**, nomeadamente no reatar de vínculos familiares pausados ou pensados como perdidos, contribuindo assim para o **aumento do bem estar socioemocional**.

No que diz respeito ao aumento da perceção, por parte das pessoas sem-abrigo, dos seus direitos e de como exercer uma cidadania mais consciente e mais plena, apesar de haver alguma evidência que aponte para resultados positivos, a verdade é que os testemunhos recolhidos não permitem afirmar com clareza que a P+E teve, neste campo, os efeitos desejados. Foram, inclusivamente, sinalizadas algumas melhorias a efetuar ao nível da capacitação neste domínio (ver recomendações). As técnicas gestoras de caso ouvidas referem, no entanto, que houve melhorias ao nível do suporte institucional aos beneficiários.

Por outro lado, a perceção das empresas sobre o trabalho da P+E é francamente positiva, pese embora a baixa amostragem: é validado o esforço do projeto na integração de pessoas sem-abrigo e o esforço de vigilância permanente face à necessidade das empresas em termos de recursos humanos. Estas, por sua vez, olham para a população sem-abrigo “*como para todos os outros trabalhadores*”, reconhecendo, no entanto, que é uma população que se encontra motivada e que trabalha consideravelmente bem. Os parceiros da P+E referem que esta é uma das principais características do projeto e aquela que poderá servir para alargar o número de empresas parceiras, designadamente a motivação com que as pessoas sem-abrigo integram o posto de trabalho. Outro dos pontos fortes elencado pelas técnicas gestoras de caso é a forma como através de uma comunicação constante com as empresas, nomeadamente para recolha de informação sobre as suas necessidades e sobre a integração das pessoas sem abrigo, se acaba por construir laços de confiança que são valorizados pelas empresas e que contribuem para que a P+E seja tida como referência para procura de trabalhadores

Por último, não foi possível à ATES confirmar que, após 2018, se tenha verificado uma melhoria da colaboração interinstitucional entre parceiros e que daí tenham advindo respostas mais concertadas para os beneficiários. Foi possível, no entanto, perceber que a institucionalização formal da P+E numa estrutura fixa com quadros próprios não correspondeu às expectativas geradas em todos os parceiros, nomeadamente no que se refere à articulação entre parceiros e à prospeção e dinamização de novas parcerias com empresas, aumentando assim as possibilidades de empregabilidade da população sem-abrigo.

No global, o projeto apresenta resultados robustos, para os quais contribuem alguns fatores de sucesso específicos, que se descrevem infra. Paralelamente, serão abordados também aqueles fatores que podem ser melhorados e que, de uma forma geral, incidem mais sobre a questão formal da P+E - no fundo, sobre estratégias, métodos e procedimentos.

6.2. Os fatores de sucesso e insucesso

O presente subcapítulo abordará os aspetos que a avaliação de impacto social evidenciou como sendo os fatores de sucesso do projeto e, em maior detalhe, aqueles fatores ou aspetos sobre os quais poderá incidir maior reflexão.

Numa perspetiva integral sobre o projeto, designadamente desde a sua conceção, poder-se-á afirmar que a **clareza e objetividade da sua missão, dos seus objetivos e o desenho das suas atividades contribuem para que a P+E seja bem sucedida**. De igual forma, **os parceiros e equipa técnica, cientes da importância da plataforma, continuam a demonstrar um elevado grau de satisfação com o seu funcionamento**, bem como inesgotável motivação, algo visível e palpável no *focus group* com os parceiros membros da plataforma. Estas conclusões, no entanto, são válidas tanto para o período anterior a 2018 como posterior. Um dos fatores de sucesso frequentemente nomeado foi o da **flexibilidade organizacional da plataforma e da maior parte dos seus membros**, um grau de informalidade que, aliado ao compromisso e motivação, contribuiu para um projeto mais bem sucedido. Outro dos fatores poderá passar pelo facto de, no seio da Santa Casa da Misericórdia do Porto, **a P+E poder integrar o programa Incorpora, com as consequentes vantagens ao nível da colocação profissional do público-alvo**.

No entanto, não é apenas no desenho claro do projeto que reside o sucesso do mesmo: a existência de uma **plataforma especializada em empregabilidade para pessoas sem-abrigo**, em conjunto com a **persistência das técnicas gestoras de caso** (a não desistência face aos beneficiários, o acompanhamento próximo, empático e constante), e **o trabalho de proximidade com as (ainda poucas) empresas, nomeadamente ao nível da sua sensibilização para a**

especificidade dos beneficiários, tornam a P+E num instrumento relevante da cidade para a inserção de pessoas sem-abrigo no mercado laboral.

Fatores de insucesso

Em 2021 não é possível falar de um projeto que ambiciona impacto social por via da empregabilidade junto da população sem-abrigo sem mencionar os efeitos da **situação pandémica** que, sem margem para dúvidas, afeta de forma mais vincada as pessoas com menos recursos: no caso do projeto, não se tratará apenas do **efeito que teve ao nível das formações em contexto presencial**, via IEF, e ao nível da retração económica em si e consequente menor atividade por parte das empresas - trata-se também do desemprego que gerou e, com ele, a entrada de **pessoas com mais qualificações na competição por postos de trabalho**.

Simultaneamente, crescem a esta situação algumas **idiosincrasias do país**, nomeadamente o **mercado de trabalho tendencialmente precário ao nível dos trabalhos que menos qualificações exigem**, bem como a **dependência (da rigidez) das medidas de incentivo à contratação por parte das instituições públicas**. Ao mesmo tempo, episódios como o **ressurgimento de dívidas são frequentes no exato momento em que os beneficiários iniciam o trabalho formal**, gerando um ónus que pode obstaculizar o regresso à formalidade.

De acordo com o que a ATES pôde observar, poderá haver **necessidade de refletir sobre a liderança da P+E, formal ou informal, no sentido de melhorar a prestação de contas, promovendo o envolvimento ativo de todos os parceiros**. A institucionalização da P+E, após candidatura, poderá ter feito perder alguma da informalidade positiva que o projeto vinha demonstrando até 2018, nomeadamente com a introdução de alguma rigidez ao nível de métodos e procedimentos. Não terá, também, sido positiva a **rotação de técnicos de caso e diretores no seio das entidades parceiras, com consequentes dificuldades na passagem de testemunho** - possivelmente um dos pontos de melhoria poderá ocorrer numa **melhor coordenação interinstitucional e no envolvimento de todos os parceiros**, mesmo em situações específicas como a contratação de quadros técnicos para a plataforma por parte do promotor.

Por último, importa referir um conjunto de fatores que impactou - e impactará - nos resultados do projeto: a **ausência de ofertas de postos de trabalho** relacionada com o estado do mercado laboral português e a atual conjuntura, bem como o **reduzido número de pessoas sem-abrigo com perfil de empregabilidade**.

Os fatores supra mencionados corroboram a ideia de que o projeto em si apresenta resultados robustos, sendo a **parte procedimental o local onde podem ser imprimidas algumas melhorias**.

7. As recomendações

Numa perspetiva macro, poderá fazer sentido a exploração de uma **iniciativa piloto, em conjunto com o ISS e a Autoridade Tributária, no sentido de eliminar o ónus que recai sobre as pessoas sem-abrigo que iniciam o seu processo de reinserção profissional (e social), nomeadamente o ónus que processos de dívidas antigas podem trazer para a vida das pessoas sem-abrigo**. Uma iniciativa piloto como esta poderia ocorrer à semelhança dos processos de insolvência pessoal, mas de mais simples implementação e com menos burocracia associada. A existência ou não deste ónus pode, em alguns casos, ser fator determinante para a permanência no mercado formal de trabalho.

Da perspetiva da plataforma e seu funcionamento, elenca-se, ainda, um conjunto de sugestões que poderão reintroduzir algumas melhorias ao nível da estratégia, dos seus métodos e dos seus procedimentos internos: em primeiro lugar, poderá existir a **necessidade de uma liderança reconhecida por todos os parceiros, eficaz e, ao mesmo tempo, colaborativa**, ou seja, em que os parceiros sejam chamados à tomada de decisões com impacto direto na operacionalidade da P+E; em segundo lugar, **a informação trabalhada no seio da plataforma poderá ser mais transparente e acessível a todos, com a introdução de práticas de reporte e informações regulares sobre os beneficiários e sobre a própria plataforma**; em terceiro lugar, poderão ser aproveitadas, no futuro, **oportunidades para, na contratação de quadros próprios, se privilegiarem conhecimentos específicos sobre o universo empresarial, nomeadamente ao nível da empregabilidade** - ou seja, criar assim espaço para uma **maior especialização na angariação das empresas**; em quarto lugar, poder-se-á **potenciar o trabalho de sensibilização junto das empresas para a especificidade das pessoas sem-abrigo** (eventualmente recorrendo inclusivamente a testemunhos diretos de pessoas que estiveram em situação de sem-abrigo ou de técnicos que as acompanham) e, paralelamente, implementar uma **estratégia para aumento do número de empresas com as quais se possa estabelecer um protocolo de parceria**: fundamentais nestes campos parecem ser **mecanismos de comunicação constantes, de feedback entre plataforma e empresa, da aferição das suas necessidades bem como de acompanhamento dos beneficiários contratados**; por último, poderão ser aproveitadas novas **ações de formação para a criação de laços e, sobretudo, de mecanismos de *feedback* mais eficazes**.

Finalmente, do **ponto de vista dos beneficiários**, e de acordo com os resultados da presente avaliação, poderá haver espaço para melhorias no campo da **promoção da autonomia e do treino de competências - da gestão doméstica à gestão de conflitos e frustrações**: aspetos simples como perceber que instituições existem, como falar ou abordá-las (Segurança Social e

Autoridade Tributária, por exemplo), melhorando não só as competências dos beneficiários e a sua autonomia, mas também proporcionando um exercício mais eficaz daqueles que são os seus direitos fundamentais. Outro ponto fundamental poderá vir a ser a uma **afinação mais clara do perfil de cada utente e adequar melhor as ofertas existentes às características de cada um**. Por último, uma recomendação relativamente ao tema da relação com os outros e do bem-estar sócio emocional, uma vez que tem impacto em tudo o resto: reforçar a necessidade de referências, através da **criação de um modelo, programa de mentoria ou de encontro entre pares, em que seja possível às pessoas atualmente sem-abrigo conhecerem outras referências de suporte e motivação à sua inserção profissional**.

7.1. A pertinência do modelo

Na candidatura às Parcerias para o Impacto, a Plataforma+Emprego apresentou um orçamento de 147.748 euros para o triénio 2019-2021, tendo gastado um total de 133.600,75 euros. Estes dados remetem para eficiência relativa do modelo de intervenção do projeto, nomeadamente procurando verificar se, face aos resultados do projeto, designadamente os contratos de trabalho assinados, o número de pessoas beneficiadas, o número de pessoas ainda integradas e a duração média dos contratos, a P+E é mais eficiente que o Estado na inserção profissional de pessoas sem-abrigo? Será a aposta de financiamento da P+E um investimento com retorno económico e social?

Para este exercício, torna-se necessário descrever alguns números apresentados pela P+E na sua candidatura ao Portugal Inovação Social, bem como realizar alguns cálculos para perceber quanto custam ao Estado despesas como o rendimento social de inserção (RSI), alojamento, alimentação e saúde das pessoas sem-abrigo.

Assim, no caso dos dados apresentados pela P+E, em 2018, estimou-se que a despesa do Estado com pessoas sem-abrigo totalizava 20,6 milhões de euros. O custo mensal por pessoa sem-abrigo rondava os 428 euros, em que 189,7 euros correspondem ao RSI, 120 euros são referentes a alojamento, 150 euros correspondem a alimentação e, finalmente, 20 euros a despesas de saúde.

No caso de referências disponibilizadas no site onevalue.gov.pt, o Estado tem os seguintes encargos com pessoas em situação de vulnerabilidade sócio-económica:

- 511 euros por mês no caso de pessoas desempregadas a receber subsídio de desemprego;
- 392 euros por mês no caso de pessoas desempregadas e receber subsídio social de desemprego;
- 10.733 euros por cada adulto formado e integrado no mercado laboral;

- 4.193 euros por cada integração temporária de beneficiário de RSI em atividade socialmente necessária.

Assim, importa analisar a despesa que a P+E efetuou ao longo dos últimos três anos, considerando as variáveis do número de contratos de trabalho, o número de pessoas sem-abrigo inseridas profissionalmente e, também, à luz da duração média dos contratos e do número total de meses trabalhados. Esta última variável será aquela utilizada para comparar com os gastos que o Estado habitualmente tem com as pessoas sem-abrigo, nomeadamente os gastos com a prestação mensal de RSI, na ordem dos 189 euros, e com as pessoas sem-abrigo (RSI, alojamento, alimentação e saúde), de cerca de 428 euros.

Desta forma, considerando os 65 contratos de trabalho mediados e o valor global do projeto, temos um custo por contrato de trabalho na ordem dos 2.055 euros. No que diz respeito ao custo por pessoa inserida profissionalmente o valor é de 2.783 euros, para o total de 48 pessoas que assinaram contratos de trabalho via P+E.

No caso da despesa de 2.783 euros por pessoa inserida profissionalmente, este número compara muito tangencialmente com as referências que se retiraram do site onevalue.org, nomeadamente 10.733 euros por cada adulto formado e integrado no mercado laboral e 4.193 euros por cada integração temporária de beneficiário de RSI em atividade socialmente necessária. Ao investimento de 2.783 euros para inserir uma pessoa sem-abrigo no contexto laboral corresponde 14,7 meses de prestação RSI ou 6,5 meses das despesas que o Estado habitualmente tem com pessoas sem-abrigo. Uma vez que a duração média dos trabalhos mediados pela P+E é de 12 meses, ou seja, superior aos 6,5 meses, constata-se que **o investimento para o Estado num projeto semelhante faz mais sentido, do ponto de vista económico, que a soma dos apoios caso não houvesse inserção profissional - prestação de RSI, alojamento, alimentação e saúde.**

Tabela 5: Racionalidade económica da P+E

Valor global do projeto	113.350 euros
Valor global do projeto / contrato de trabalho	1.744 euros
Valor global do projeto / pessoa inserida profissionalmente	2.361 euros
Valor global do projeto / número de meses trabalhados	142 euros

Fonte: Dados do projeto; cálculos próprios

No entanto, por ser tangencial a analogia com as referências retiradas do site onevalue.gov.pt, opta-se pelo critério do número de meses trabalhados, por ser de mais fácil comparação.

Considerando a estimativa do total de 799 meses trabalhados, o custo total do projeto por cada mês atingiu os 167 euros. **Este valor é mais reduzido que a prestação de RSI (189 euros) e drasticamente inferior ao valor pago pelo Estado com a globalidade dos apoios às pessoas sem-abrigo (428 euros).**

ANEXOS

AVALIAÇÃO DE IMPACTO

PLATAFORMA + EMPREGO

NPISA PORTO

A P+E é um modelo flexível de intervenção interinstitucional com abordagem holística junto da sua população alvo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Entre 2018 e 2021, o projeto promoveu a celebração de **65 contratos**, correspondendo a :



- AUMENTO DA AUTO-ESTIMA.
- MELHOR RELACIONAMENTO COM OS OUTROS.
- AUMENTO DO BEM-ESTAR SOCIOEMOCIONAL.



RESULTADOS MENOS VERIFICADOS:

- RETOMA DE LAÇOS FAMILIARES PERMITIU, NALGUNS CASOS, O REGRESSO A CASA (ALOJAMENTO).
- MUITO EMBORA A AMOSTRAGEM FOSSE REDUZIDA, A PERCEÇÃO DAS EMPRESAS SOBRE A POPULAÇÃO SEM-ABRIGO MELHOROU.



CUSTO DO PROJETO POR BENEFICIÁRIO (MÊS): 167€

CUSTO DO ESTADO POR PESSOA SEM-ABRIGO (MÊS):

- PRESTAÇÃO DO RSI: 189€
- VALOR GLOBAL DE APOIOS A PESSOAS SEM-ABRIGO: 428€

Anexo 2

Resultado/Mudança	Indicador
R1. Aquisição/aprofundamento de competências adequadas ao mercado de trabalho	R1.1 Nº de beneficiários que frequentaram a formação; R1.2 Nº de beneficiários que terminaram a formação; R1.3 Nível percebido de competências: cumprimento de horários, trabalho de equipa, responsabilidade, aquisição de rotinas
R2. Alargamento da rede de proximidade	R2.1 Variação do nº de relacionamentos de suporte estabelecidos
R3. Integração no mercado de trabalho	R3.1 Nº de beneficiários integrados no mercado de trabalho R3.2 Nº de respostas a anúncios/oferta de empregos R3.3 Nº de presença/participação em entrevistas
R4. CV e Relatório randstad sobre competências dos candidatos	R4.1 Nº de CV's elaborados R4.2 Nº de relatórios Randstad
R5. Melhoria da saúde e da imagem	R5.1 Nº de encaminhamentos para cuidados de saúde R5.2 Satisfação com a autoimagem e autocuidado R5.3 Variação do nível de saúde dos beneficiários R5.4 Nº de beneficiários em medicação do foro psiquiátrico R5.5 Evolução da saúde mental
R6. Dinamização de rede de parcerias (empresas e instituições)	R6.1 Nº de reuniões da P+E; R6.2 Nº de participantes em reuniões da P+E; R6.3 Nº de parceiros envolvidos no projeto (instituições e empresas) (encaminhamentos); R6.4 Nº de reuniões com parceiros (instituições e empresas); R6.5 Satisfação com o funcionamento/dinamização da rede; R6.6 Perceção do valor da P+E e rede de parcerias.
R7. Autoconhecimento e autorreconhecimento	R7.1 Perceção de autoconhecimento R7.2 Perceção de competências/saberes próprios R7.3 Nível percebido de competências
M1. Aumento de rendimentos	M1.1 Variação de rendimentos dos beneficiários M1.2 Tipos de fontes de rendimento
M2. Aquisição de alojamento	M2.1 Nº de beneficiários alojados M2.2 Tempo de permanência em alojamento adquirido
M3. Aumento de autoestima	M3.1 Evolução da autoestima (Autoeficácia, confiança, autoimagem e iniciativa)
M4. Melhoria e reforço na relação com os outros e bem-estar socioemocional	M4.1 Variação do nº e qualidade de relações estabelecidas; M4.2 Evolução em resolução de conflitos; M4.3 Perceção geral de bem-estar
M5. Aumento do acesso a rede de suporte institucional	M5.1 Nº e diversidade de serviços de apoio acedidos M5.2 Conhecimento da rede de suporte institucional M5.3 Tipos de fontes de rendimentos*
M6. Melhoria da perceção das empresas sobre a pessoa sem-abrigo	M6.1 Nº de empresas parceiras do projeto M6.2 Nº de pessoas sem-abrigo contratadas por empresas M6.3 Perceção das empresas sobre a pessoa sem-abrigo
M7. Cidadania/Direitos Sociais	M7.1 Perceção individual da contribuição como cidadão M7.2 Perceção individual da integração social M7.3 Perceção individual da mudança
M8. Permanência no mercado de trabalho	M8.1 Nº de beneficiários integrados que ainda permanecem no mercado de trabalho M8.2 Tempo médio de permanência no emprego
M9. Aumento do trabalho colaborativo interinstitucional que permite um aumento de respostas concertadas	M9.1 Nº de encaminhamentos realizados no âmbito da P+E M9.2 Satisfação com o funcionamento/dinamização de parcerias; M9.3 Perceção do valor da P+E e parcerias.

Anexo 3

Resultados	Indicadores	Fontes de informação	Métodos/ instrumentos de recolha de dados
Aquisição de alojamento	Nº de beneficiários alojados Tempo de permanência em alojamento adquirido	Processos individuais Técnicos beneficiários	Análise documental Entrevista aos beneficiários Focus group beneficiários
Aumento de autoestima	Evolução da autoestima (Autoeficácia, confiança, autoimagem e iniciativa)	Técnicos beneficiários Formadores	Entrevista técnicos Entrevista aos beneficiários Focus group beneficiários Entrevista formadores
Melhoria e reforço na relação com os outros e bem-estar socioemocional	Varição do nº e qualidade de relações estabelecidas; Evolução em resolução de conflitos; Nº de beneficiários em medicação do foro psiquiátrico Evolução da saúde mental Perceção geral de bem-estar	Processos individuais Técnicos beneficiários Formadores	Análise documental Entrevista técnicos Entrevista aos beneficiários Focus group beneficiários Focus group formadores
Aumento do acesso a rede de suporte institucional	Nº e diversidade de serviços de apoio acedidos Conhecimento da rede de suporte institucional Tipos de fontes de rendimentos	Processos individuais Técnicos beneficiários	Análise Documental Entrevista técnicos Entrevista aos beneficiários
Melhoria da perceção das empresas sobre a pessoa sem-abrigo	Nº de empresas parceiras do projeto Nº de pessoas sem-abrigo contratadas por empresas Perceção das empresas sobre a pessoa sem-abrigo	Empresas beneficiários	Focus group beneficiários Entrevista técnicos Questionário e Testemunho parceiros (empresas e instituições)
Cidadania/Direitos Sociais	Perceção individual da contribuição como cidadão Perceção individual da integração social Perceção individual da mudança	beneficiários técnicos	Focus group beneficiários Entrevista técnicos
Permanência no mercado de trabalho	Nº de beneficiários integrados que ainda permanecem no mercado de trabalho Tempo médio de permanência no emprego	beneficiários Técnicos Processos Individuais	Análise documental Entrevista a beneficiários Focus group beneficiários Entrevista técnicos
Aumento do trabalho colaborativo interinstitucional que permite um aumento de respostas concertadas	Nº de encaminhamentos realizados no âmbito da P+E Satisfação com o funcionamento/dinamização de parcerias; Perceção do valor da P+E e parcerias.	Instituições Empresas Membros da plataforma	Focus group P+E Questionário e Testemunho parceiros (empresas e instituições)